



285

A INFLUÊNCIA DOS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS E DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS NA DESPESA COM PESSOAL DOS ESTADOS BRASILEIROS

Aluno Mestrado/MSc. Student Tadeu Junior de Castro Gonçalves [ORCID iD](#), Mestre/MSc. Edna Maria da Silva Medeiros de Oliveira [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Severino Cesário de Lima [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Anderson Luiz Rezende Mól [ORCID iD](#)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Tadeu Junior de Castro Gonçalves

[0000-0002-2888-1773](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mestre/MSc. Edna Maria da Silva Medeiros de Oliveira

[0000-0003-1712-1186](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutor/Ph.D. Severino Cesário de Lima

[0000-0002-6034-4409](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutor/Ph.D. Anderson Luiz Rezende Mól

[0000-0001-5915-8070](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo/Abstract

Este estudo tem por objetivo analisar a influência dos ciclos político-orçamentários, representados pelas variáveis ano eleitoral, mudança de governador e primeiro mandato eleitoral, bem como a ideologia partidária sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros à luz da teoria dos ciclos políticos. Foram utilizadas informações eleitorais e fiscais de governadores e estados brasileiros, compreendendo o período de duas eleições (2011-2018), utilizando-se análise econométrica de dados em painel com efeitos fixos. Estudos anteriores revelam contradições, no qual expõem lacunas e cenário favorável para novas discussões. Apesar da afinidade com os estudos anteriores, esta pesquisa se diferencia ao



investigar três itens que lhe dão originalidade, sendo: (i) analisar dois ciclos eleitorais compreendendo os anos de 2011 a 2018, (ii) configuração da variável de interesse e, (iii) procedimentos metodológicos adotados. Os resultados evidenciam influência negativa das variáveis ano eleitoral e ideologia partidária de direita, e influência positiva das variáveis mudança de governador e da população no gasto de despesa com pessoal. Os resultados permitem inferir que a presença de regras fiscais e a tentativa de evitar o gerenciamento oportunístico por partes dos gestores estão gerando efeitos esperados na Lei de Responsabilidade. Quanto as contribuições, além de comparar e validar suposições anteriores, o avanço neste conhecimento pode melhorar a compreensão dos efeitos dos ciclos políticos sobre o desempenho financeiro.

Palavras-chave: Ciclos Políticos. Ideologia Partidária. Despesa com Pessoal. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector

A INFLUÊNCIA DOS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS E DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS NA DESPESA COM PESSOAL DOS ESTADOS BRASILEIROS

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar a influência dos ciclos político-orçamentários, representados pelas variáveis ano eleitoral, mudança de governador e primeiro mandato eleitoral, bem como a ideologia partidária sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros à luz da teoria dos ciclos políticos. Foram utilizadas informações eleitorais e fiscais de governadores e estados brasileiros, compreendendo o período de duas eleições (2011-2018), utilizando-se análise econométrica de dados em painel com efeitos fixos. Estudos anteriores revelam contradições, no qual expõem lacunas e cenário favorável para novas discussões. Apesar da afinidade com os estudos anteriores, esta pesquisa se diferencia ao investigar três itens que lhe dão originalidade, sendo: (i) analisar dois ciclos eleitorais compreendendo os anos de 2011 a 2018, (ii) configuração da variável de interesse e, (iii) procedimentos metodológicos adotados. Os resultados evidenciam influência negativa das variáveis ano eleitoral e ideologia partidária de direita, e influência positiva das variáveis mudança de governador e da população no gasto de despesa com pessoal. Os resultados permitem inferir que a presença de regras fiscais e a tentativa de evitar o gerenciamento oportunístico por partes dos gestores estão gerando efeitos esperados na Lei de Responsabilidade. Quanto as contribuições, além de comparar e validar suposições anteriores, o avanço neste conhecimento pode melhorar a compreensão dos efeitos dos ciclos políticos sobre o desempenho financeiro.

Palavras-chave: Ciclos Políticos. Ideologia Partidária. Despesa com Pessoal. Lei de Responsabilidade Fiscal.

1 Introdução

Ao decorrer das décadas, diversos países transferiram poderes fiscais e políticos para governos subnacionais e, dentre os motivos que favoreceram a adoção da descentralização está a busca pela eficiência do gasto no setor público (Calderini, 2011; Martinez-vazquez et al., 2017). Martinez-Vazquez et al. (2017) complementam o entendimento da descentralização ao comentarem que os governos subnacionais são elementos fundamentais na entrega e fornecimento de bens e serviços públicos aos cidadãos, tornando-se cada vez mais importante conhecer o impacto da descentralização fiscal na economia, na sociedade e na política.

Em se tratando de política, o cargo político tornou-se muito procurado, fazendo com que os políticos se esforcem para obter sucesso no pleito. Cabe destacar que eles podem se beneficiar de informações assimétricas e uso de gerenciamento dos recursos públicos (Cahan, 2019). Assim, os governos podem manipular estrategicamente as ferramentas de política fiscal para ganhar as eleições, como por exemplo, reduzir impostos antes do pleito e mudança da composição orçamentária (Klein & Sakurai, 2015; Alesina & Paradise, 2017). Tal comportamento é investigado por meio de estudos sobre ciclos políticos, área de conhecimento que visa discutir o gerenciamento e manipulação de variáveis fiscais, monetárias e de políticas distributivas em períodos pré e pós-eleitorais (Philips, 2020).

Sobre estudos anteriores, Bartoluzzio e Anjos (2020) discorrem que a literatura sobre ciclos políticos revela que a gestão fiscal pode ser manipulada para fins eleitoreiros em pelo menos duas formas: (i) pelo aumento da despesa pública, visando a sinalização de competências

aos eleitores; e (ii) pela manipulação na composição da despesa para categorias valorizadas pelos votantes, pois os políticos buscam demonstrar que compartilham das mesmas prioridades fiscais dos cidadãos.

Nesse sentido, levando em consideração a complexibilidade do sistema político brasileiro adotado, muitas decisões políticas tomadas refletem interesses oportunistas dos gestores públicos que se sobrepõem aos desejos da sociedade. Nessa linha de pensamento, Fiirst et al. (2019) comentam que uma das maneiras de captar tais comportamentos oportunistas é observar o desempenho financeiro.

A teoria dos ciclos políticos, em sentido amplo, está fundamentada na relação entre a proximidade das eleições e a escolha de políticas (Martinez, 2009). Esta teoria foi objeto de diversos estudos, desde os seminiais (Downs, 1957; Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990) aos mais atuais (Araújo et al., 2016; Gonçalves et al., 2017; Queiroz, 2019; Morais et al., 2019; Bonfatti & Forni; 2019; Bostashvili & Ujhelyi, 2019; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Gootjes et al., 2020; Fukumoto et al., 2020; Garcia & Hayo, 2021; Wiguna & Khoirunurrofik, 2021).

Downs (1957) evidencia que a função dos políticos que estão no poder é almejar o sucesso do pleito, não interessando o bem-estar da sociedade e sim motivos privados. Nordhaus (1975) relata sobre a influência de variáveis políticas na escolha do candidato pelo eleitor e Rogoff (1990) relatou sobre o gerenciamento de variáveis fiscais e ciclos eleitorais, no qual ramificou a teoria dos ciclos políticos na denominada *political budget cycle*.

Nessa discussão, Araújo et al. (2016) analisaram a teoria dos ciclos políticos nos estados brasileiros durante o período de 1995 a 2008, assim como a influência da ideologia partidária nos gastos. Os resultados indicaram aumento dos gastos nos anos eleitorais e comportamentos diferentes de acordo com a ideologia partidária. Gonçalves et al. (2017) avaliaram se os ciclos políticos em conjunto com viés ideológico impactam significativamente as decisões de alocação de recursos públicos em investimentos de infraestrutura nos estados brasileiros. Dentre os resultados, os autores evidenciam que existe a influência do ciclo eleitoral quando considerada a existência de diferenças ideológicas interagindo com os ciclos eleitorais.

Ainda, de acordo com estudos anteriores, Morais et al. (2019) analisaram a influência dos fatores políticos sobre o Índice de Gasto com Pessoal (IGP) definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Dentre os resultados, foi possível constatar indícios consistentes da existência de comportamento oportunista por parte dos gestores públicos, colocando em dúvida a presença de regras fiscais como limitadoras de manipulações políticas. Os autores concluem que, apesar da presença de regras fiscais, como a Lei Eleitoral e LRF, existe influência dos ciclos político-orçamentários na despesa com pessoal.

Levando em consideração os ciclos eleitorais e as práticas de manipulação fiscais como corolário de partida, bem como os resultados de estudos anteriores, este estudo é motivado pelo seguinte questionamento: **qual a influência dos ciclos político-orçamentários e das ideologias partidárias sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros?**

Os resultados de investigações anteriores, haja visto as evidências múltiplas, são controversos e não conclusivos. A ambiguidade de evidências revela contradições, que apontam para a necessidade de estreitamento das investigações e luz às novas discussões.

Nesse pensamento, Fukumoto et al. (2021) relatam que os resultados mistos se justificam, em parte, pela natureza não aleatória das eleições. À vista disso, este estudo visa dar continuidade as pesquisas sobre gestão fiscal e ciclos eleitorais, no qual se debruça nas sugestões realizadas por Morais et al. (2019), Queiroz (2019) e Queiroz et al. (2019). Apesar da afinidade com os estudos anteriores, este estudo se diferencia ao investigar três itens que lhe dão originalidade: (i) analisar dois ciclos eleitorais compreendendo os anos de 2011 a 2018; (ii) configuração da variável de interesse e, (iii) procedimentos metodológicos adotados.

Condizente a importância de realização do estudo, o avanço desta área de conhecimento pode melhorar a compreensão dos efeitos dos ciclos políticos sobre o desempenho financeiro,

contribuindo para a melhora da observação social à eficácia da gestão pública (Fiirst *et al.*, 2019). Além disso, busca-se contribuir com o interesse social por meio de evidências sobre as características políticas e ampliar a discussão da teoria dos ciclos políticos e sua relação com o desempenho financeiro. Isso significa que a exploração de ciclos políticos nos subníveis de gastos do governo é empiricamente relevante e pode fornecer melhor compreensão do fenômeno (Castro & Martins, 2018).

Esses resultados são importantes porque reforçam a evidência de que os países em desenvolvimento são mais suscetíveis às manipulações fiscais oportunistas. Além disso, este estudo contribui para a literatura sobre importância da ideologia às finanças públicas, examinando se as filiações partidárias de governadores brasileiros influenciam a maneira como os orçamentos locais são gerenciados (Sakurai & Menezes-Filho, 2011).

Além desta seção, este estudo prolonga-se em mais quatro. Na seção 2, comenta sobre a despesa com pessoal, ciclos políticos, gestão fiscal, ideologia partidária e estudos anteriores. Na seção 3 apresenta-se os procedimentos metodológicos, na seção 4 os dados são descritos e discutidos e, por fim, na seção 5, apresenta-se as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Regra fiscal brasileira e limitações relacionadas à Despesa com Pessoal

A Constituição Federal no artigo 167 dispõe sobre as vedações no orçamento brasileiro, entre elas estabelece a regra fiscal disposta no inciso III, que veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Esse texto constitucional estabelece a regra fiscal, com o intuito de restringir o crescimento da dívida (Pires, 2019).

Com o intuito de avaliar o cumprimento da regra fiscal e acompanhar as metas a serem atingidas, surge a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), estabelecendo que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receitas e geração de despesas.

Dentre as despesas públicas, a despesa com pessoal apresenta o comportamento constante e com tendência ao crescimento. Em contrapartida, as receitas tendem a ser oscilantes e dependentes da economia (Gadelha, 2011). Neste sentido, um dos parâmetros previstos na LRF é o controle dos gastos com pessoal, estabelecido por meio de limites em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), em cada período de apuração, para cada ente federativo: União (50%), Estados (60%) e Municípios (60%).

No âmbito Estadual, objeto deste estudo, o limite de 60% (sessenta por cento) abrange o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas dos Estados; o Poder Judiciário; e o Poder Executivo; e o Ministério Público. Além disso, nos estados com Tribunal de Contas nos Municípios, será transferido 0,4% do limite do Poder Executivo para o Poder Legislativo.

Neste contexto, apresenta-se de forma complementar, no conjunto de dispositivos legais que influenciam o comportamento e a análise das despesas públicas com pessoal, a Lei nº 9.504/1977, que normatiza as eleições, estabelece os parâmetros para as despesas com pessoal em período anterior as eleições, e limita a conduta dos gestores públicos no período de campanhas eleitorais. Portanto, busca-se esclarecer de que forma a despesa com pessoal nos estados brasileiros é influenciada pelas variáveis ano eleitoral, mudança de governadores e ideologia partidária, estas discutidas no tópico seguinte.

2.2 Teoria dos Ciclos Políticos

Ao longo dos anos, um corpo significativo de literatura econômica e política analisou o comportamento dos eleitores e dos governos, a fim de desvendar a natureza exata da relação entre política e economia (Castro & Martins, 2018). A teoria dos ciclos políticos estuda como a proximidade das eleições afeta as escolhas políticas, onde formuladores de políticas desejam melhorar sua reputação objetivando suas chances de sucesso no pleito. Desse modo, torna-se comum nos períodos próximos as eleições, políticos induzirem melhores condições econômicas, pois seu sucesso decorre de sua *performance* (Martinez, 2009; Fiirst *et al.*, 2019).

Downs (1957), um dos principais autores da literatura, discute que os políticos e suas coalizações estão interessados apenas na reeleição. Em consonância, Castro e Martins (2018) advogam que, se cortar impostos significa entrar em uma espécie de frenesi de gastos que podem trazer vantagens eleitorais aos políticos, então eles realmente o farão ou, pelo menos, tentarão fazê-lo. Nesse sentido, a principal implicação do entendimento da teoria e de suas ramificações é que os políticos implementam políticas expansionistas antes das eleições com o objetivo de maximizar seu apoio eleitoral e, após as eleições são necessárias medidas contracionistas para corrigir o desequilíbrio artificial gerado (Castro & Martins, 2018).

Ainda, em se tratando dos chamados ciclos políticos, eles seriam caracterizados pelas escolhas políticas nas decisões gerenciais, levando em consideração a colocação ideológica (ou a falta desta) do partido do governante. Assim, a ideologia da sigla partidária, aqui organizada em classes (esquerda, centro ou direita) influenciaria as decisões do governo e, por consequência, a economia (Gonçalves *et al.*, 2017).

Como ramificação dos ciclos políticos, discorre-se os ciclos político-orçamentários, teoria de interesse de estudos de diversas pesquisas e que tem ganhado contribuições de longa data (Aaskoven, 2018; Bonfatti & Forni, 2019; Bostashvili & Ujhelyi, 2019). Rogoff (1990), autor seminal da teoria dos ciclos político-orçamentários, comenta que o surgimento do ciclo se dá em virtude da necessidade de sinalização de competências ou preferências do governante ao eleitor antes das eleições, ou seja, utiliza da composição do orçamento fiscal como ferramenta de sinalização (Garcia & Hayo, 2021).

De acordo com Bonfatti e Forni (2019), o termo “ciclos político-orçamentários” se refere, de modo geral, a aumentos de gastos e redução de impostos em anos pré-eleitorais ou eleitorais. Em complemento, entre as muitas motivações políticas que impulsionam os ciclos político-orçamentários, talvez a principal seja a ambição de reeleição (de um político ou partido) (Klein & Sakurai, 2015).

2.2.1 Teoria dos Ciclos Político-orçamentários e Gestão Fiscal

Entre as ferramentas disponíveis e suscetíveis de influência política está a gestão fiscal (Bartoluzzio & Anjos, 2020). Neste contexto, muitos países adotaram regras fiscais para conter o gerenciamento do déficit e da dívida (Bonfatti & Forni, 2019). Nessa linha, e relacionando à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Arvate, *et al.* (2008) comentam que mais do que punir os administradores públicos, a LRF visa corrigir o rumo da administração pública em seus vários âmbitos, bem como limitar os gastos sobre as receitas. Tais objetivos deveriam ser alcançados adotando-se técnicas de planejamento, organização, controle interno e externo e, por último, transparência nas ações fiscais do governo junto à população.

No que diz respeito à manipulação de variáveis fiscais, esta pode acontecer pelo acréscimo no consumo do governo em períodos eleitorais ou pela alteração na composição dos gastos públicos (Bartoluzzio & Anjos, 2020). De acordo com os autores supracitados, isso significa que com a expansão da despesa em determinadas áreas nos períodos estratégicos os eleitores podem tomar decisões que são favoráveis ao titular com base no volume de bens fornecidos e só tomarem conhecimento das consequências fiscais em um período subsequente.

De acordo com Silva (2020), a adesão da LRF nos entes federativos tem a intenção de aumentar a disciplina fiscal e diminuir os comportamentos oportunistas dos representantes. Este mesmo pensamento é ressaltado por Moraes et al. (2019) quando comentam que as regras fiscais sobre o Índice de Gasto com Pessoal, por exemplo, representam fatores limitadores a manipulações políticas.

Neste contexto e sob a ótica política, a adoção de regras fiscais do governo central sobre o governo subnacional (estados e municípios) impôs custos àqueles que não cumprissem as políticas determinadas em normas (Silva, 2020). Pelas razões acima expostas, as regras fiscais reduzem o grau de liberdade e cumprem seu papel de determinarem as restrições dos gastos preferidos para o poder partidário e permite que o dispêndio ocorra em favorecimento à sociedade em geral (Silva, 2020).

Relacionando com a teoria dos ciclos político-orçamentários, considera-se geralmente que os incentivos existentes para sinalização de competência e a falta de informação dos eleitores são fatores que aumentam a prevalência dos ciclos orçamentários políticos (Aaskoven, 2018) Assim, advoga-se que em tese, a presença de regras fiscais seria um fator inibidor da presença da manipulação realizada por políticos (Bonfatti & Forni, 2019). Em complemento, na ausência de informações assimétricas, os ciclos político-orçamentários não afetam as preferências do eleitor ou são ineficazes (Wiguna & Khoirunurrofik, 2021).

Nos modelos de ciclos político-orçamentários, os gastos no ano eleitoral diferem de outros porque os políticos tentam transmitir informações aos eleitores por meio de suas escolhas políticas (Bostashvili & Ujhelyi, 2019). Gootjes et al. (2020) realizaram um estudo com o objetivo de verificar se as regras fiscais restringem os ciclos político-orçamentários, analisando 77 países em desenvolvimento durante o período de 1984 a 2015. Os autores constataram que fortes regras fiscais amortecem os ciclos político-orçamentários, o que aprimora a disciplina fiscal e a importância dessas regras. Resultado semelhante foi encontrado por Bonfatti e Forni (2019), relatando que elas também possuem o efeito de limitar os incentivos dos políticos a gastar mais antes das eleições.

Klein e Sakurai (2015) observam que, além do ano eleitoral, o primeiro mandato e/ou a reeleição também são variáveis que afetam a manipulação fiscal. Estes autores testaram os efeitos dos limites de mandato nos ciclos político-orçamentários oportunistas nas eleições municipais do Brasil no período de 2001 a 2008, e compararam diferenças no comportamento fiscal dos prefeitos de primeiro mandato e dos prefeitos de segundo mandato que não podem se reeleger. Os resultados evidenciaram que os prefeitos do primeiro mandato, à medida que as eleições se aproximam, reduzem impostos locais, alteram a composição orçamentária, reduzem despesas e aumentam investimentos de capital, fornecendo fortes evidências a favor de diferenças fiscais eleitorais significativas entre prefeitos de primeiro e segundo mandato.

Em consideração ao exposto, formaliza-se as seguintes hipóteses:

H1: O ano eleitoral exerce influência positiva sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros.

H2: A mudança de governador exerce influência positiva sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros.

H3: O primeiro mandato eleitoral do governador exerce influência positiva sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros.

2.3 Ideologia Partidária

A ideologia partidária e ciclos políticos foram objetos de diversos estudos (Arvate et al., 2008; Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Araújo et al., 2016; Gonçalves et al., 2017). Estes evidenciaram a influência da ideologia no gerenciamento de orçamentos. A influência da ideologia partidária nos gastos públicos e no tamanho do setor público são discutidos à luz da abordagem partidária. Para a abordagem, os políticos adotam políticas que refletem as preferências de seus partidários como resposta às preferências heterogêneas dos eleitores, (Herwartz & Theilen, 2017).

No que tange à classificação ideológica, os termos direita e esquerda, na ciência política, são utilizados para designar ideologias partidárias distintas que impulsionam os movimentos políticos (Gonçalves et al., 2017). Em complemento, a ideologia da coalizão de governo é medida por meio de uma variável contínua, construída a partir da opinião de especialistas sobre a colocação ideológica dos partidos de cada país (Arvate et al., 2008).

A ideologia do partido é polarizada em esquerda e direita, mas também existem subdivisões: centro, centro-esquerda e centro-direita. Por razões metodológicas, as subdivisões centro-esquerda e centro-direita não foram consideradas, ou seja, a parte classificada como centro-esquerda será agora classificada como esquerda, assim como centro-direita como direita (Araújo et al., 2016). Em complemento, Arvate et al. (2008) tecem que do ponto de vista teórico, na classificação ideológica partidária entre esquerda e direita, assume o centro como categoria residual.

Tratando da gestão fiscal, partidos de esquerda tenderiam a influenciar mais a economia por meio do estado mediante políticas fiscais e monetárias expansionistas (Potrafke, 2012). Em contraponto, partidos de direita tenderiam a reduzir o tamanho do estado, bem como alocar os recursos em áreas que favorecessem o desenvolvimento econômico da região via iniciativa privada, como investimentos em infraestrutura de transportes, desenvolvimento tecnológico e industrial (Potrafke, 2012; Gonçalves et al., 2017). Nesse contexto, elaborou-se as duas últimas hipóteses de estudo:

H4: A ideologia de esquerda, espectro partidário do governador eleito, exerce influência positiva sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros.

H5: A ideologia de direita, espectro partidário do governador eleito, exerce influência negativa sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros.

Os partidos políticos que compõem a ideologia partidária são classificados, conforme Tabela 1, segundo o estudo de Codato et al. (2018).

Tabela 1

Classificação dos partidos políticos

Esquerda	Centro	Direita
PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT	(P)MDB ₁ , PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS, PPS	PAN, PEN ₂ , PFL/DEM, PGT, PL, PR, PPB/PP ₃ , PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD*, PSD**, PSDC ₄ , PSL, PSN, PST, PT do B ₅ , PTB, PTC, PTN ₆ , SD

1 O “Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB” retirou o “Partido” da sua nomenclatura e passou a utilizar apenas “MDB” como sigla ao final de 2017, como já fazia no regime da ditadura militar. A exigência do uso no nome de “Partido” e, por conseguinte, a presença do “P” nas siglas partidárias esteve vigente por força legal no Brasil de 1979 (LOPP 6.767, art. 5º, §1º) à sua revogação em 1995 (LPP 9 096, art.º 15, item I). Segundo a legislação de 1979 o objetivo era evitar que os eleitores confundissem os partidos políticos com outras organizações e movimentos que utilizam siglas.

2 O “Partido Ecológico Nacional – PEN”, que esteve sempre ligado à denominação neopentecostal Assembleia de Deus, utiliza o nome de “Patriota” desde o final de 2017, quando pretendia ter como candidato presidencial às eleições de 2018 o deputado federal Jair Bolsonaro.

3 O “Partido Progressista – PP” mudou recentemente o seu nome para “Progressistas” no primeiro semestre de 2018.

4 O “Partido Social Democrata Cristão – PSDC” alterou o seu nome para “Democracia Cristã” no primeiro semestre de 2018.

5 O “Partido Trabalhista do Brasil – PT do B”, dissidência do PTB nos anos 1990 é um amontoado de outros pequenos partidos como o PNT (Partido Nacionalista dos Trabalhadores), incorporado em 1989, o PSU (Partido Socialista Unido), incorporado em 1990, o PASART (Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista), incorporado em 1992, o PNTB (Partido Nacionalista dos Trabalhadores Brasileiros), incorporado em 1992. Modificou o nome da legenda para “Avante” ao final de 2017.

6 O “Partido Trabalhista Nacional – PTN” alterou o seu nome para “Podemos” para abrigar a candidatura do senador Álvaro Dias em meados de 2017.

Obs.: * extinto em 2003; ** criado em 2011

Nota. Fonte: Recuperado de “Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica” de Codato et al. (2018), p. 875.

2.4 Estudos Anteriores

Arvate et al. (2008), em seu estudo sobre a relação entre ideologia partidária e o resultado fiscal dos estados brasileiros entre os anos de 1986 a 2005, construíram uma variável ideológica para representar a ideologia do Executivo e do Legislativo. Quanto aos resultados os autores encontraram evidências de que os governos classificados ideologicamente como de direita produzem melhores resultados primários, principalmente, pelo aumento de receitas. Por fim, as mudanças institucionais introduzidas pelo governo federal nos anos noventa influenciaram a relação entre a ideologia e o resultado primário: os governos de esquerda apresentaram melhores resultados fiscais depois de introduzida a legislação que reestruturou suas dívidas, assim como, os Legislativos de esquerda passaram a apoiar melhoria nos resultados fiscais depois da adoção da LRF.

Sakurai e Menezes-Filho (2011) buscaram evidências de ciclos oportunistas e partidários examinando uma amostra de 2.500 municípios brasileiros no período de 1989 a 2005. Ao testar a hipótese de que variáveis de despesas, receitas e saldo fiscal se comportam de maneira diferente em função do ciclo eleitoral e da ideologia partidária dos prefeitos, os resultados indicam que as ideologias políticas do Brasil, em parte, influenciam o comportamento das finanças municipais. Assim, os autores complementam que esses resultados confirmaram que ocorreram ciclos oportunistas e partidários no gerenciamento dos orçamentos dos municípios brasileiros após o término do governo militar.

Araújo et al. (2016) em seu estudo sobre a teoria dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008, encontraram evidências de aumento dos gastos nos anos eleitorais e que esses gastos são ajustados nos anos pós-eleitorais, demonstrando comportamento oportunista dos governos. Quanto a ideologia partidária, os resultados evidenciam que os gastos dos governos que possuem ideologias partidárias diferentes têm comportamentos diferentes.

Gonçalves et al. (2017) avaliaram se os ciclos políticos em conjunto com viés ideológico impactam significativamente as decisões de alocação de recursos públicos em investimentos de infraestrutura nos estados brasileiros. Por meio de uma regressão em painel com efeitos fixos e

compreendendo o período de 2003 a 2014, os autores evidenciaram que existe a influência do ciclo eleitoral quando considerada a existência de diferenças ideológicas interagindo com os ciclos eleitorais, no qual os partidos de esquerda e de centro tendem a investir mais em infraestrutura em períodos pré-eleitorais se comparados com partidos de direita, contribuindo com a literatura por evidenciar que ciclos eleitorais podem ser mais influenciados dependendo do partido que está governando.

Dias et al. (2018) investigaram a influência dos investimentos públicos sobre a recondução dos prefeitos dos municípios do Estado do Espírito Santo, entre 2001 e 2012. Com o uso de regressão logística, os autores inferiram que os eleitores capixabas, de modo geral, premiam os prefeitos que promovem incrementos relativos de investimentos públicos no período próximo às eleições. Esse resultado evidencia consistência com a literatura sobre ciclos políticos e o comportamento eleitoral. Ainda, os autores finalizam que não houve comprovação empírica de que os eleitores sejam conservadores sob a ótica fiscal.

Morais et al. (2019), em um estudo em 1.016 municípios brasileiros sobre os fatores políticos condicionantes do Índice de Gastos com Pessoal (IGP) definido pela LRF, conseguiram verificar que o ano eleitoral e o primeiro mandato eleitoral exercem influência positiva sobre o IGP. Ainda, a presença de regras fiscais sobre o IGP representa fator limitador a manipulações políticas. Os resultados apresentados mostram indícios consistentes da existência de comportamento oportunista por parte dos gestores públicos.

Bonfatti e Forni (2019) realizaram um estudo em municípios italianos sobre a presença de ciclos políticos orçamentários nos gastos de capital. Levando em consideração a regra fiscal subnacional, os autores fornecem evidências de que as regras fiscais podem limitar o ciclo político orçamentário. Assim, os autores concluem que os municípios sujeitos a regras fiscais apresentam ciclos políticos mais limitados do que os municípios não sujeitos a regras fiscais.

Bartoluzzio e Anjos (2020) analisaram como incentivos políticos eleitorais influenciam na gestão fiscal dos municípios brasileiros e seus desdobramentos nos resultados eleitorais. Desse estudo, os autores destacaram dois achados: (i) apesar de existir aumento nos investimentos, visíveis à população e associados pela literatura a resultados eleitorais favoráveis, os partidos reconduzidos também possuem estrutura de pessoal mais sustentável e melhores condições de liquidez no curto prazo com desempenhos alavancados em períodos estratégicos, como em anos eleitorais; e (ii) apesar dos partidos com recondução sinalizarem melhores níveis de condição fiscal nos três ciclos políticos analisados, no período pós-eleitoral as médias se retraem para patamares inferiores ao alcançado pela gestão no início do primeiro mandato. Assim, os autores concluem que embora haja indicação de melhores condições fiscais em anos eleitorais, o efeito da sinalização se inverte no ano seguinte.

Silva (2020) verificou em que extensão as práticas de *accounting gimmicks* afetam as políticas fiscais e a execução dos gastos sociais durante ciclos políticos eleitorais. Com a adoção da técnica regressão logística de variáveis extraídas da literatura e a elaboração de seis hipóteses, o autor discorre que seus achados têm corroborado o pensamento da nova visão de controle social e eleitoral e que a instituição da LRF trouxe grandes avanços para o cumprimento fiscal nos municípios.

Baldissera et al. (2020) analisaram a influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência ativa e passiva dos governos locais brasileiros. No que tange os aspectos políticos, assunto de interesse do presente estudo, os autores advogam que partidos mais à esquerda favorecem o aumento da despesa pública, enquanto os partidos mais à direita visam as reduções orçamentárias.

Por fim, Baldissera e Araújo (2021) analisaram a influência do ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral sobre o endividamento dos estados brasileiros. Compreendendo os anos de 2000 a 2016, e estimando regressão de dados em painel em efeitos fixos, os autores concluem que não existe determinação do endividamento em função do ano

eleitoral, da mudança do gestor e do mandato eleitoral, porém, aspectos demográficos e ideológicos evidenciaram relação significativa.

3 Metodologia e *Designer* da Pesquisa

3.1 Coleta dos dados

Para responder à questão de pesquisa do estudo, foram coletadas informações dos 26 estados brasileiros, compreendendo o período de 2011 a 2018, envolvendo 2 ciclos eleitorais, sendo as eleições estaduais/presidenciais de 2010 e de 2018. Os dados foram coletados no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, onde se realizou a consulta das filiações partidárias dos candidatos e identificou-se se estavam concorrendo reeleições. Os dados de despesa total com pessoal, principal variável de interesse do estudo, foram coletados por meio de consultas aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Por fim, os dados referentes a população foram coletados no endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 Descrição da variável dependente

A variável dependente do estudo é representada pelo logaritmo natural da despesa total com pessoal para cada estado brasileiro nos respectivos períodos de análise (GP_{it}).

Os dados da despesa com pessoal foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE com o objetivo de minimizar possíveis efeitos decorrentes da inflação ocorrida no período de crise econômica.

3.3 Descrição das variáveis independentes

As variáveis independentes do estudo são representadas por um vetor de variáveis representativas dos ciclos políticos-orçamentários (ano eleitoral, mudança de governador do estado e primeiro mandato eleitoral) e pela ideologia política de esquerda, centro e direita. A Tabela 2 a seguir descreve a definição operacional das variáveis independentes.

Tabela 2
Descrição das variáveis independentes

Variável	Descrição	Sinal Esperado	Estudos Anteriores
Ano eleitoral AEL_{it}	<i>dummy</i> que assume valor 1 se for ano eleitoral ou 0 caso contrário.	(+)	Arvate et al. (2008); Morais et al. (2019); Silva (2020).
Mudança de Governador do Estado MGE_{it}	<i>dummy</i> que assume valor 1 se o Governador for diferente do ano anterior ou 0 caso contrário.	(+)	Queiroz (2018). Queiroz <i>et al.</i> (2019).
Primeiro mandato eleitoral PME_{it}	<i>dummy</i> que assume valor 1 se for o primeiro mandato do Governador ou 0 caso contrário.	(+)	Morais et al. (2019); Queiroz <i>et al.</i> (2019); Queiroz (2018).

Ideologia Partidária Esquerda ESQ_{it}	<i>dummy</i> que indica se o partido do governador é de esquerda.	(+)	Klein e Sakurai (2015); Balaguer-Coll et al. (2015); Arvate et al (2008); Gonçalves et al.; Queiroz <i>et al.</i> (2019); Queiroz (2018); Silva, (2020) e Baldissera <i>et al.</i> (2020).
Ideologia Partidária Direita DIR_{it}	<i>dummy</i> que indica se o partido do governador é de direita.	(-)	

Nota: Partidos classificados como Centro representam o grupo de base e são captados pela constante do modelo.
Fonte: Adaptado do estudo de Morais, Queiroz e Sousa (2019) e Queiroz *et al.* (2019).

3.4 Variável de controle

O estudo utilizou o logarítmo natural da população (POP_{it}) como variável de controle, segundo estudos desenvolvidos por Balaguer-Coll *et al.* (2015), Dias et al (2018), Morais et al. (2019) e Queiroz (2018).

3.1 Modelo econométrico

Para verificar a influência dos ciclos políticos-orçamentários e da ideologia política, medidas pelas variáveis descritas na Tabela 2, sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros, formalizou-se o seguinte modelo econométrico:

$$DP_{it} = \beta_0 + \beta_1 AEL_{it} + \beta_2 MGE_{it} + \beta_3 PME_{it} + \beta_4 ESQ_{it} + \beta_5 DIR_{it} + \beta_6 POP_{it} + \varepsilon_{it}$$

Os parâmetros foram estimados por meio de dados em painel com efeitos fixos. Empregou-se os testes de *Breusch-Pagan*, *Hausman* e *Sargan-Hansen* (teste equivalente ao teste robusto de *Hausman*). O pressuposto da ausência de multicolinearidade foi analisado através da análise da matriz de correlação e pelo teste *VIF* (*variance inflation fator*), onde não reportaram problemas de multicolinearidade. Estimadores robustos à heterocedasticidade (teste de *Wald*) e autocorrelação, foram empregados por meio da correção *cluster (id)*. Por fim, o teste de *Shapiro-Wilk sobre os erros da regressão* apresentou distribuição normal ao nível de 5% de significância. Com relação ao R^2 o modelo explica cerca de 74,82% (*within*) da variação da Despesa com Pessoal.

4 Resultados e Discussões

4.1 Análise Descritiva

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência dos ciclos político-orçamentários, representados pelas variáveis ano eleitoral, mudança de governador e primeiro mandato eleitoral, bem como as ideologias partidárias, na despesa com pessoal dos estados brasileiros, compreendendo o período de 2011 e de 2018. Todas as variáveis independentes do modelo são representadas por meio de *dummies*. A Tabela 3 sumariza as estatísticas descritivas da amostra e do teste paramétrico t de *Student* para comparação de duas amostras emparelhadas.

Tabela 3

Estatística descritiva das variáveis de interesse por grupos

Ano Eleitoral			
Item	Anos Eleitorais	Anos Não Eleitorais	p-valor
Média	23.3638	23.2068	
Desvio-Padrão	0.8889	0.8935	0.0086
Mudança de Governador do Estado			
Item	Mesmo governador	Governador diferente	p-valor
Média	23.2970	23.0254	
Desvio-Padrão	0.8932	0.8680	0.6164
Primeiro Mandato Eleitoral			
Item	Primeiro Mandato	Segundo Mandato	p-valor
Média	23.1486	23.5107	
Desvio-Padrão	0.8639	0.9241	0.0000
Ideologia partidária			
Item	Esquerda	Direita	p-valor
Média	23.1043	22.9453	
Desvio-Padrão	0.7632	0.6752	0.0004

Nota: O p-valor representa o valor de probabilidade para o erro tipo 1 da estatística de teste do t de Student. O teste de normalidade de *Shapiro-Wilk* e de homocedasticidade de *Levene* foram realizados, seus pressupostos foram atendidos, como consequência, foi realizado o teste t de *Student* para comparação de duas amostras emparelhadas. Fonte: Adaptado de Moraes, Queiroz e Sousa (2019) com dados da pesquisa.

4.2 Modelo Econométrico

A influência dos ciclos político-orçamentários, representados pelas variáveis, ano eleitoral, da mudança de governador, primeiro mandato eleitoral, bem como da ideologia partidária sobre a despesa com pessoal é descrita pela Tabela 4.

A amostra ano eleitoral (AEL) é composta por dois anos eleitorais (2014 e 2018) e apresenta 52 observações para ano eleitoral e 156 observações para anos não eleitorais, que compreende os 8 anos multiplicados por 26 Estados. Observa-se que os anos eleitorais apresentam maior média de Despesa com Pessoal, sendo essa diferença (Teste-t) estatisticamente significativa ao nível de 1%.

Quanto a mudança de governador, das 208 observações, somente em 18,75% (n=39) houveram mudanças de governadores, enquanto, em 80,25% dos Estados, continuam os mesmos. Além disso, observa-se que nos Estados em que não houve a mudança de governadores a média de Despesa com Pessoal é maior. Entretanto, é possível observar, e de acordo com o Teste-t, não há evidências de diferença estatística significativa entre as médias de Despesas com Pessoal dos Estados brasileiros com mudança de governador.

No Painel Primeiro Mandato Eleitoral, são apresentadas as médias e desvios-padrão de Despesa com Pessoal nos Estados nos quais os governadores exerceram somente o primeiro mandato eleitoral. Nesta situação apresentaram menor média, sendo essa diferença estatisticamente significativa...

No Painel Ideologia Partidária, são apresentadas as médias de Despesa com Pessoal.. Se observa que os partidos classificados como direita apresentam menor média de Despesa com Pessoal, sendo essa diferença estatisticamente significativa ao nível de 1% de probabilidade.

Tabela 4

Modelo econométrico

Variável Dependente	Despesa com Pessoal
Ano Eleitoral	-0.03330***

(AEL)	(0.00934)
Mudança de Governador do Estado (MGE)	0.06064*** (0.00996)
Primeiro Mandato Eleitoral (PME)	0.0498 (0.0299)
Ideologia Partidária Esquerda (ESQ)	0.05031 (0.05617)
Ideologia Partidária Direita (DIR)	-0.10812* (0.03908)
População (POP)	3.78723*** (0.38862)
Constante	-34.9282*** (5.96779)
<i>R2 within</i>	0.7482
<i>R2 between</i>	0.9084
<i>R2 overall</i>	0.8850
Observações	208
Nº de Estados	26

Nota. Erros-padrão reportados entre parênteses. ***, **, * indicam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

A partir das evidências apresentadas na tabela 4, verifica-se associações negativas e significantes das variáveis ano eleitoral e ideologia partidária de direita com a variável de interesse. Ainda, foi possível demonstrar significância e associação positiva da variável mudança de governador do estado. Enquanto que as variáveis primeiro mandato eleitoral e ideologia partidária de esquerda não apresentaram significância estatística. Logo, infere-se que ano eleitoral, mudança de governador do estado e ideologia partidária direita (sinal negativo), exercem influência negativa na despesa com pessoal dos estados brasileiros.

Em relação a variável ano eleitoral, os resultados indicam que essa variável impacta negativamente na despesa com pessoal dos estados, assim como apresentou maior média (Tabela 3), diante disso, rejeita-se a hipótese de pesquisa H1. Tal evidência diverge dos achados de Arvate et al. (2008), Araújo et al. (2016) e Morais et al. (2019). Desse modo, além de não aderir aos fundamentos da Teoria dos Ciclos Políticos, as evidências convergem para o efeito diametralmente oposto em anos eleitorais reduzindo de despesas com pessoal. Assim como não se pode concordar com os dizeres de Bartoluzzio e Anjos (2020), ao comentarem que o aumento da despesa pública pode ser manipulado em momentos estratégicos visando a sinalização de competências aos eleitores, que no caso, seria o ano eleitoral.

Entretanto, esse resultado pode explicar que a presença de regras fiscais sobre a Despesa com Pessoal (Morais et al., 2019), está gerando resultados esperados. A presente interpretação se apoiada nos resultados de Gootjes et al. (2020) quando demonstram que fortes regras fiscais amortecem os ciclos político-orçamentários, o que aprimoram a disciplina fiscal e a importância dessas regras. Quando comparado com o estudo de Queiroz (2018), a presente variável não apresentou significância estatística.

Para a variável Mudança de Governador do Estado, demonstra-se relação significativa positiva com a Despesa com Pessoal, o que valida a Hipótese 2. Esse resultado está alinhado com Queiroz (2018). Assim, resgata-se que uma mudança de gestor está acompanhada de uma majoração na composição dos gastos públicos passíveis de alteração, dentre eles, gasto com pessoal (Queiroz, 2018, p. 75). Todavia, o achado não corrobora Morais et al. (2019), quando seus resultados indicaram influência negativa e significativa para os municípios analisados, e

com Baldisserra e Araújo (2021) que concordam que um gestor recém-eleito pode levar um tempo considerável para realizar mudanças na composição dos gastos.

Relativo ao Primeiro Mandato Eleitoral, os resultados não demonstram influência significativa positiva, logo, rejeita-se a H3. Esse resultado contrapõe Klein e Sakurai (2015) e Moraes, Queiroz e Sousa (2019), quando relatam que gestores que estão em seu primeiro mandato apresentam maior IGP comparados com os que estão num segundo mandato. Segundo Klein e Sakurai (2015), com o intuito de se reeleger, os gestores no primeiro mandato priorizam a redução de impostos locais e de despesas orçamentárias, assim como, dão preferência ao aumento de investimentos de capital. E quando eles já são reeleitos, estes autores, destacam seu comportamento oportunístico de acordo com a teoria dos ciclos político-orçamentários.

Ainda sobre a variável Primeiro Mandato Eleitoral, os resultados estão em linha com Queiroz (2018) quando destacam que a variável primeiro mandato eleitoral (PME) não exerce influência significativa sobre a variável dependente Índice de Mudança na Composição dos Gastos Públicos (IMCGP). De acordo com a interpretação de Queiroz (2019), governadores que estão no seu primeiro mandato não realizam maiores alterações na composição dos gastos, em relação aos governadores que estão em segundo mandato. Diante do exposto, comenta-se sobre mais um item que atua no enfraquecimento dos fundamentos da teoria dos ciclos políticos.

A respeito das variáveis de influência de Ideologia Partidária (esquerda e direita) na Despesa com Pessoal, apenas a variável de direita apresentou significância estatística. À vista disso, se rejeita a hipóteses H4, e valida a hipótese H5, tal como atende ao sinal esperado. Desse modo, concorda-se com Sakurai e Menezes-Filho (2011) quando relatam que as ideologias políticas no Brasil, influenciam, em parte, o comportamento das finanças públicas.

Para essa discussão, resgata-se Araújo et al. (2016) e Gonçalves et al. (2017), onde concordam que a influência partidária nos gastos varia de acordo com a ideologia partidária. Ainda, resgata-se o estudo de Sakurai e Menezes-Filho (2011), quando indica que as ideologias políticas do Brasil, em parte, influenciam o comportamento das finanças municipais, o que confirma a ocorrência de ciclos oportunistas e partidários no gerenciamento de orçamentos dos municípios brasileiros.

Com relação aos partidos com alinhamento de ideologia partidária de esquerda, Potrafke (2012) expõe que, se tratando da gestão fiscal, partidos de esquerda tenderiam a influenciar mais a economia por meio do Estado, assim como, favorecem mais intervenção do Estado, mais redistribuição de renda e políticas fiscais e monetárias. Assim como Silva (2020), quando comenta sobre o efeito positivo da variável se o governador for de esquerda.

Para a variável ideologia partidária esquerda, o resultado deste estudo está alinhado com Queiroz (2018) quando destaca que a presente variável não exerce influência sobre as mudanças na composição dos gastos, no entanto, não se alinha com o supracitado em relação a variável de ideologia partidária direita.

No tocante a variável ideológica partidária de direita, que causa efeito negativo no gasto com pessoal, os achados do estudo estão de acordo com os resultados de Arvate et al. (2008) e Silva (2020), quando demonstram que a ideologia partidária de direita produz melhores resultados primários, principalmente pelo aumento de receitas e seguimento de premissas de gasto mínimo, dado a menor intervenção do Estado na economia. Diante das variáveis ideológicas expostas, instiga-se a discussão sobre ideologias partidárias citando Baldisserra et al. (2020) ao relatarem que partidos mais à esquerda favorecem o aumento da despesa pública, enquanto os mais à direita visam a reduções orçamentárias.

Relativo à variável de controle População, esta analisada de forma logaritmizada, apresentou significância estatística ao nível de 1%. De acordo com Moraes et al. (2019), quanto maior for a população, maior será o Índice de gasto com Pessoal. Em síntese, as análises corroboram Bonfatti e Forni (2019) e Gootjes et al. (2020), demonstrando que fortes regras

fiscais amortecem os ciclos político-orçamentários, o que aprimoram a disciplina fiscal e a importância dessas regras.

5 Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo analisar a influência dos ciclos político-orçamentários, representadas pelas variáveis ano eleitoral, mudança de governador e primeiro mandato eleitoral, bem como a ideologia partidária sobre a despesa com pessoal dos estados brasileiros. Para atingir esse objetivo foram utilizadas informações fiscais e eleitorais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos 26 estados, durante o período de 2011 a 2018, compreendendo dois ciclos eleitorais.

Com base nos resultados obtidos por meio da técnica de regressão de dados em painel com efeitos fixos, verificou-se influência negativa significativa do ano eleitoral. Consoante essa evidência, o presente estudo não se alinha com os fundamentos da Teoria dos Ciclos Políticos, quando diz que em anos eleitorais há maior gerenciamento de variáveis fiscais.

Outra influência negativa diz respeito a ideologia partidária de direita, corroborando outros autores que chegaram à conclusão de que a influência nos gastos varia de acordo com a ideologia partidária. Em relação as influências positivas e significativas, menciona-se as variáveis Mudança de Governador e População.

No tocante a variável primeiro mandato eleitoral, não se verificou influência significativa positiva, entretanto está alinhado com outras discussões que justificam que governadores que estão no seu primeiro mandato não realizam maiores alterações na composição dos gastos em relação aos governadores que estão em segundo mandato, promovendo em mais um ponto limitante dos dizeres da teoria dos ciclos políticos. Portanto, à luz da teoria dos Ciclos Políticos, os resultados ora convergem com as discussões, ora apresentam pontos limitantes. Pelo exposto, entende-se que estes resultados podem atuar como justificativa para a realização de novos estudos.

Por fim, os resultados permitem julgar que a adoção de regras fiscais, como da Lei de Responsabilidade Fiscal e a tentativa de evitar gerenciamento por partes dos gestores estão gerando resultados esperados, de limitar ações oportunistas por partes dos gestores e controlar as contas públicas. Dessa maneira, espera-se que, em tese, aconteça o enfraquecimento da presença de manipulações políticas e, por consequência, enfraquecimento de ciclos políticos.

Como limitações do estudo, destacam-se o tempo de dois ciclos políticos, assim como a não inclusão de outras variáveis demográficas e populacionais que podem impactar na variável de interesse. Logo, sugere-se para estudos futuros a utilização de mais ciclos eleitorais de eleições estaduais/presidenciais e a inclusão de variáveis que visam maior aprofundamento do fenômeno analisado, por exemplo, renda *per capita* e detalhamento por regiões.

Referências

- Aaskoven, L. (2018). Polity age and political budget cycles: Evidence from a Danish municipal reform. *European Journal of Political Economy*, 52, 75-84.
- Alesina, A., & Paradisi, M. (2017). Political budget cycles: Evidence from Italian cities. *Economics & Politics*, 29(2), 157-177.
- Araújo, J. M., Leite Filho, P. A., & Reisj, F. A. (2016). Party ideology and elections: an analysis of political-economic cycles in Brazilian states. *Revista ESPACIOS/ Vol. 37 (Nº 13) Año 2016*.

- Arvate, P. R., Avelino, G., & Lucinda, C. R. (2008). Existe Influência da Ideologia sobre o Resultado Fiscal dos Governos Estaduais Brasileiros? *Est. Econo.*, 38(4), 789–814.
- Balaguer-Coll, M. T., Brun-Martos, M. I., Forte, A., & Tortosa-Ausina, E. (2015). Local governments' re-election and its determinants: New evidence based on a Bayesian approach. *European Journal of Political Economy*, 39, 94-108.
- Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340-359.
- Bartoluzzio, A. I. S. D. S., & Anjos, L. C. M. D. (2020). Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180.
- Bonfatti, A., & Forni, L. (2019). Fiscal rules to tame the political budget cycle: Evidence from Italian municipalities. *European Journal of Political Economy*.
- Bostashvili, D., & Ujhelyi, G. (2019). Political budget cycles and the civil service: Evidence from highway spending in US states. *Journal of public economics*, 175, 17-28.
- Cahan, D. (2019). Electoral cycles in government employment: Evidence from US gubernatorial elections. *European Economic Review*, 111, 122-138.
- Calderini, S. R. (2011). *Três ensaios sobre o gasto local no Brasil: descentralização, eficiência e voto* (Doctoral dissertation).
- Castro, V., & Martins, R. (2018). Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. *European Journal of Political Economy*, 55, 44-64.
- Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, (229), 870-897.
- Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. (1988) Brasília (DF): Senado Federal: Centro Gráfico.
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135-150.
- Fiirst, C., dos Santos, A. C., Junior, M. M. R., & da Silva Zonatto, V. C. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus: Revista Contemporânea de economia e gestão*, 17(1), 127-144.
- Fukumoto, K., Horiuchi, Y., & Tanaka, S. (2020). Treated politicians, treated voters: A natural experiment on political budget cycles. *Electoral Studies*, 67, 102206.
- Gadelha, S. R. D. B. (2011). Análise dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a despesa de pessoal e a receita tributária nos municípios brasileiros: um estudo com modelo probit aplicado a dados em painel. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, 11(1).

- Garcia, I., & Hayo, B. (2021). Political budget cycles revisited: Testing the signalling process. *European Journal of Political Economy*, 102030.
- Gootjes, B., de Haan, J., & Jong-A-Pin, R. (2020). Do fiscal rules constrain political budget cycles?. *Public Choice*, 1-30.
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.
- Herwartz, H., & Theilen, B. (2017). Ideology and redistribution through public spending. *European Journal of Political Economy*, 46, 74-90.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Martinez, L. (2009). A theory of political cycles. *Journal of Economic Theory*, 144(3), 1166-1186.
- Martinez-Vazquez, J., Lago-Peñas, S., & Sacchi, A. (2017). The impact of fiscal decentralization: A survey. *Journal of Economic Surveys*, 31(4), 1095-1129.
- Morais, L. M. F., Queiroz, D. B., & Sousa, R. G. (2019). Ciclo Político no Índice de Gasto com Pessoal: Uma Análise no Contexto Brasileiro. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(1), 76-90.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycles. *Review of Economic Studies*, 42 (2), 169-190.
- Philips, A. Q. (2020). Just in time: Political policy cycles of land reform. *Politics*, 40(2), 207-226.
- Pires, M. (2019). Uma análise da regra de ouro no Brasil. *Revista Brasileira de Economia Política*, 39 (1), 39-50.
- Potrafke, N. (2012). Political cycles and economic performance in OECD countries: empirical evidence from 1951–2006. *Public Choice*, 150(1-2), 155-179.
- Queiroz, D. B. (2018). Influência do Ano Eleitoral, da Mudança de Gestor Público e do Mandato Eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos Estados Brasileiros. *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 8(3), 68-77. <https://doi.org/10.18696/reunir.v8i3.789>
- Queiroz, D. B. de, Morais, L. M. F. de, Souza, A. G. S. F. de, & Silva, V. K. R. da. (2019). Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. *Administração Pública E Gestão Social*, 11(2), 232-250.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80 (1), 21-26.

- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148(1-2), 233-247.
- Silva, N. O. (2020). *Gastos Sociais e Accounting gimmicks: uma percepção dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do Centro-Oeste Brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Gestão de Políticas Públicas (FACE), Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Wiguna, G. E., & Khoirunurrofik, K. (2021). Political budget cycle patterns and the role of coalition parties in shaping Indonesian local government spending. *Asia-Pacific Journal of Regional Science*, 5(1), 41-64.